



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 855/98

“ Estabelece Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento do Município para o exercício 1999 e dá outras providências”.

O Povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - A Lei Orçamentária para o exercício de 1.998, será elaborada em conformidade com as diretrizes desta Lei, e em consonância com as disposições da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica e da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, no que for a ela pertinente.

ARTIGO 2º - As receitas abrangerão a receita tributária própria, a receita patrimonial, as diversas receitas admitidas em Lei e as parcela transferidas pela União e pelo Estado, resultantes de suas receitas fiscais, nos termos da Constituição Federal.

§ 1º - As receitas de impostos e taxas terão por base os valores do Orçamento de 1.998, podendo ser corrigidos monetariamente de acordo com a legislação vigente verificadas até o final do primeiro semestre deste Exercício e projetados para os dezoito meses subsequentes, levando-se em conta.

I - a expansão do número de contribuintes;

II - a atualização do cadastro técnico do Município;

§ 2º - Os valores da parcela transferida pelos Governos Federal e Estadual são os fornecidos por Órgão competente do Governo do Estado, até o dia 15 de agosto de 1.998.

§ 3º - As parcelas transferidas mencionadas no parágrafo anterior, são as constantes dos artigos 158 e 159 do item I, letra B e item II do § 3º da Constituição Federal.

ARTIGO 3º - As despesas serão fixadas no mesmo valor da receita prevista e serão distribuídas segundo as necessidades reais de cada Órgão e de suas unidades orçamentárias, destinando-se parcelas ainda que pequena, a despesa de capital.

PARÁGRAFO ÚNICO - O Poder Legislativo encaminhará, até o dia 31 de agosto, o orçamento de suas despesas acompanhado de quadro demonstrativo dos cálculos, de modo a justificar o seu montante.

ARTIGO 4º - Destinar-se-á à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, parcela de receita resultantes de impostos, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) bem como das transferências do Estado e da União, quando procedentes da mesma fonte, observando a Lei nº 9394 , Emenda Constitucional nº 14 e a Lei Federal de nº 9424 de 24/12/96.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 1º - As parcelas transferidas pelas esferas de governos mencionados no Artigo, são as referidas no artigo 2º e 3º desta Lei.

§ 2º - Serão destinados também, à manutenção do ensino, 25% (vinte e cinco por cento) de parcelas transferidas pelos Governos da União e do Estado, provenientes da cobrança da dívida ativa de impostos e seus acessórios.

ARTIGO 5º - O Município não dispensará com o pagamento de pessoal e seus acessórios, parcela de recurso superior a 60 % (sessenta por cento) do valor da receita corrente consignada na Lei do Orçamento, conforme Lei complementar 82 de 27/03/95, Art. 1º, III.

PARÁGRAFO ÚNICO - A despesa com pessoal referida no artigo abrangerá:

I - o pagamento de pessoal do Poder Legislativo, inclusive o dos agentes políticos;

II - o pagamento de pessoal do Poder Executivo, incluindo-se o dos aposentados e pensionistas e o do pessoal ocupado na manutenção e no desenvolvimento do ensino a que se refere o Artigo 4º desta Lei.

ARTIGO 6º - As despesas com pessoal referidas no Artigo anterior serão comparadas, por meio de balancetes mensais, com percentual da receita corrente, de modo a exercer o controle de sua compatibilidade.

ARTIGO 7º - A abertura de créditos suplementares ao Orçamento dependerá da existência de recursos disponíveis e de prévia autorização legislativa.

§ 1º - Os recursos referidos no Artigo são os provenientes de:

I – Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II – Os provenientes de excesso de arrecadação;

III – Os provenientes de anulação parcial ou total, de dotações orçamentárias ou de créditos extraordinários autorizado em Lei;

IV – O produto de operações de créditos autorizados em Lei de forma que, juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

§ 2º - O aproveitamento dos recursos originários do excesso de arrecadação, conforme disposto no inciso II, dependerá de fiel observância dos termos do parágrafo 3º do Artigo 43, da Lei 4.320/64.

ARTIGO 8º - Sempre que ocorrer excesso de arrecadação e este for acrescentado adicionalmente ao exercício, por meio de crédito suplementar ou especial, destinar-se-á, obrigatoriamente, parcela de 25% (vinte e cinco por cento), à manutenção e ao desenvolvimento do ensino proporcionalmente ao excesso de arrecadação utilizando, quando proveniente de impostos.

ARTIGO 9º - Aos alunos do ensino fundamental obrigatoriamente e gratuito da rede municipal, conforme necessidades e levantamentos feitos pela



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Secretaria Municipal de Educação, será fornecido e assistidos com material didático-escolar, suplementação alimentar e assistência à saúde.

§ 1º - O fornecimento contido no Artigo não exonera o Município da obrigação de assegurar estes direitos aos alunos da rede estadual de ensino, por meio de convênios celebrados com a Secretaria de Estado da Educação.

§ 2º - A despesa com suplementação alimentar e assistência à saúde poderá ser computada para satisfazer o percentual de 25 (vinte por cento) obrigatórios do Artigo 212 da Constituição Federal, nos termos da Instrução Normativa nº 02/91 de 14 de fevereiro de 1.991 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

ARTIGO 10 – Quando a rede oficial de ensino fundamental e médio for insuficiente para atender a demanda, poderão ser concedidas bolsas de estudos para atendimento pela rede particular de ensino, dentro das disponibilidades financeiras para 1º e 2º graus.

ARTIGO 11 – A manutenção de bolsa de estudos é condicionado ao aproveitamento mínimo do aluno, estabelecido em Lei.

ARTIGO 12 – Não serão concedidas subvenções sociais a entidades que não sejam reconhecidas como de utilidade pública e/ou dedicado ao ensino e /ou à saúde.

PARÁGRAFO ÚNICO – Só se beneficiarão de concessões de subvenções sociais as entidades que não visem lucros e que não remunerem seus direitos.

ARTIGO 13 – A Lei Orçamentária garantirá recursos aos programas de saneamento básico e de prevenção ambiental visando a melhoria de qualidade de vida da população.

ARTIGO 14 – A Lei Orçamentária só contemplará dotação para início de obras, após a garantia de recursos para pagamento das obrigações patronais vincendas e dos débitos para com a previdência social decorrentes de obrigações em atraso.

ARTIGO 15 – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito para antecipação da receita, para atender a ineficiência de caixa.

ARTIGO 16 - As compras e contratação de obras e serviços somente poderão ser realizadas havendo disponibilidade orçamentária e precedidas do respectivo processo licitatório, quando exigível nos termos da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1.993 e legislação posterior.

ARTIGO 17 – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DEZESSETE DIAS DO MÊS DE



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

JUNHO DO ANO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E OITO. (17-06-1998)

Ver. PAULO CÉZAR HASTENREITER PORTES
Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 18-06-98, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel
At. Legislativo